

# Unidade preocupa os ministros

26 ABR 1985

por Vera Brandimarte  
de Brasília

O presidente José Sarney dificilmente poderia promover mudanças em seu Ministério no curto prazo. Segundo alta fonte do governo, o ténue equilíbrio das forças políticas que hoje apóiam Sarney seria rompido caso ele se decidisse a alterar o quadro do primeiro escalão do governo. A reafirmação da unidade e do apoio ao presidente foi, aliás, uma das principais preocupações dos ministros em suas declarações, ontem.

O ministro da Agricultura,

Pedro Simon, ressaltou que a dolorosa perda de Tancredo Neves trouxe, em contrapartida, um entendimento como nunca existiu sobre a necessidade de apoio ao presidente José Sarney e aos compromissos da Aliança Democrática. Para este governo conseguir capitalizar o sentimento de unanimidade que existia em torno de Tancredo Neves, "será preciso nos identificarmos com os seus postulados", disse Simon.

O compromisso com esses postulados, que são as linhas de atuação do governo consubstanciadas no do-

documento da Aliança Democrática, foi a tônica do discurso de Sarney ao pé do túmulo de Tancredo Neves. "Sarney pretende executar os itens do documento da Aliança Democrática, como a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana e a reforma agrária", disse Simon.

Em coletiva à imprensa, o ministro da Agricultura afirmou que, caso seja confirmada, pelo presidente Sarney, sua permanência no cargo, ele começará a tratar agora de uma definição de um plano agrícola

para o Brasil. "Queremos tentar elaborar um projeto para a agricultura, pois o Brasil Nunca teve nenhum", disse ele. Mas mais urgente para Simon é a definição dos nomes que preencherão os cerca de quarenta cargos vagos na direção das empresas coligadas do Ministério da Agricultura.

Toda a composição política para a montagem do segundo escalão do Ministério da Agricultura já foi acertada. Resta agora a aprovação do presidente José Sarney, o que deverá ocorrer no mais tardar até a próxima semana.

## "Nada de mexer no cronograma"

por Valério Fabris  
de Curitiba

O governador do Paraná, José Richa, disse, ontem, em Curitiba, que hoje "não se discute mais a origem" do presidente José Sarney. Richa externou, em entrevista coletiva, reiterados elogios ao comportamento político e à postura ética de Sarney, afirmando, também, que o presidente dispõe na Aliança Democrática e, em particular, no PMDB de um sólido respaldo.

Declarou que José Sarney teve um desempenho exemplar na renúncia ao comando nacional do PDS, no posterior desligamento do partido, na campanha do Colégio Eleitoral, no drama da saúde de Tancredo Neves e na posse definitiva da Presidência da República. "Não é fácil abrir

uma dissidência", prosseguiu o governador do Paraná.

"A posição mais incômoda de um político é a de dissidente. Precisa-se ter muita coragem. Todos nós reconhecemos esse mérito no presidente Sarney e na Frente Liberal", acrescentou Richa. Ele repisou o seu entendimento de que não cabe, na transição com Sarney, a revisão dos cronogramas da reinstitucionalização do País ou do cumprimento das metas no plano administrativo.

Coloca-se, assim, abertamente a favor de um mandato presidencial de quatro anos, eleição para Assembleia Nacional Constituinte em 1986 e sua instalação em janeiro de 1987, pleito direto para as capitais neste ano. O governador paranaense afirma que tem dialogado com os integrantes

da Aliança Democrática e, inclusive, com o presidente da Câmara Federal, Ulysses Guimarães, colhendo os mesmos sentimentos. Não se deve mexer no cronograma, de acordo com Richa, até mesmo porque essa é a única fórmula factível. Em outras palavras, não existe, a seu ver, meios de se apertar os prazos.

Para que ocorra a convocação da Assembleia Constituinte, será preciso, segundo ele, desobstruir o caminho institucional - a lei de Segurança Nacional, a legislação partidária. Os trabalhos dos constituintes, para se ter um documento secularmente duradouro, na opinião de Richa, deverão demandar um prazo adequado. Instalada em 1987, a Constituinte prepararia a eleição direta para 1988 e o novo presidente se-

ria empossado em 1989. Estreitar o mandato presidencial, agora, seria criar um sério constrangimento a Sarney para executar a transição e solucionar os problemas administrativos, conforme a avaliação de Richa.

De monstrando visível descontração, após o notório abatimento durante o internamento hospitalar de Tancredo Neves, Richa confessou-se tranqüilo de que não ocorrerão mudanças ministeriais, salvo os casos de algumas possíveis alterações na assessoria direta e pessoal do presidente da República. O ministro, como disse o governador, reflete a proporcionalidade das forças que integram a Aliança Democrática. E a confirmação dos ministros torna o resultado de um

## Leônidas reitera apoio a Sarney

por Walter Marques  
de Brasília

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, reiterou ontem indiretamente sua posição de respeito ao calendário político da Aliança Democrática. Ele afirmou no Palácio do Planalto que "é absurda e irresponsável" a notícia de que o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, lhe teria comunicado suas idéias em favor da redução do mandato de José Sarney e a realização de nova eleição presidencial, direta, em 1986.

Aureliano Chaves, por sua vez, retornando a Brasília no final da tarde de ontem, declarou no aeroporto da capital federal que "não têm fundamento" as notícias que ligam seu nome a articulações para realizar uma nova eleição

presidencial em 1986. "Meu posicionamento está nitidamente expresso naquele documento que eu assinei, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Marco Maciel também assinaram", afirmou ele, referindo-se ao "Compromisso com a Nação", certidão de nascimento da Aliança Democrática.

O ministro das Minas e Energia, principal líder do PFL, reiterou seu apoio a José Sarney. Ele lembrou que lutou para que José Sarney fosse vice-presidente e afirmou que seu apoio ao presidente "se faz hoje presente para que ele possa cumprir os compromissos da Aliança Democrática". Conforme o ministro, é a Assembleia Nacional Constituinte que vai decidir sobre a duração do mandato presidencial. "Minha posição é a favor das eleições diretas em

1988, logo, por um mandato de quatro anos", acrescentou ele.

Para Aureliano Chaves, ligar o seu nome, o do governador Leonel Brizola e o do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, numa articulação em favor das diretas em 1986, o que equivale a reduzir para dois anos o mandato de Sarney, "é uma urdidura de pouca inteligência". Ele atribuiu essas notícias, bem como aquelas divulgadas no início da semana, envolvendo seu nome como "opulentas mordomias" à má informação ou "à má fé", quando indagado se via nelas uma campanha contra o seu nome como eventual candidato à Presidência da República.

No Congresso, o impacto da notícia foi grande, uma vez que Aureliano Chaves notabilizou-se pelas suas posições em favor das diretas. Na cúpula do PMDB a reabertura do debate em torno do assunto foi saudada com satisfação por algumas lideranças. No entanto, desse mesmo setor, emergiram manifestações em favor de um "crédito de confiança" a José Sarney. "Esse debate, agora, é inoportuno", considerou o membro da Comissão Executiva do PMDB, integrante da esquerda radical do partido, deputado Francisco Pinto.

No PDT, o líder Nadyr Rosseti chegou a afirmar que se abria a oportunidade

de para um encontro o governador Leonel Chaves. O líder do Prisco Vianna, adotou postura de satisfação da: "As diretas devem ser a Constituição", pregou ele. "Se será em 1986 ou em 1988 esta é uma questão aberta para o acerto entre os partidos e o governo, desde que o limite máximo do mandato seja de quatro anos". Já na direção da Frente Liberal, tanto os dirigentes partidários quanto seus líderes, repeliram vigorosamente qualquer cogitação que não seja a de delegar a decisão à Constituinte.

Cresce na cúpula do PDS a defesa sistemática da fixação, pelo presidente José Sarney, da duração de seu mandato antes da Constituinte, além da inclusão no atual texto constitucional do princípio da eleição direta para a Presidência da República. Ontem, o líder da Câmara, Prisco Vianna, voltou a insistir na necessidade de a Aliança Democrática render-se a essas exigências.

Prisco acha que é hora de "as eleições diretas passarem do texto constitucional para a realidade do texto constitucional". Ele acrescentou que acha inseguro Sarney deixar para a Constituinte a fixação do mandato que o PDS aceita até quatro anos. A exemplo do presidente do partido, senador Amaral Peixoto, o líder na Câmara contesta a tese do mandato-tampão até 1986.

### MINISTÉRIOS

## Novos orçamentos

O presidente José Sarney enviou ontem projeto de lei ao Congresso criando no orçamento da União as unidades dos ministérios da Cultura, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia. Também foi estabelecida uma unidade chamada 'gabinete do ministro' junto a cada

órgão orçamentário criado.

Em sua exposição de motivos ao presidente, o ministro do Planejamento, João Sayad, assinala que a criação dos três ministérios exige a adoção de medidas para que disponham de autonomia para gerir os recursos que lhes cabem no Orçamento da União.